



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

CRISE DO CAPITAL E SUPERPOPLAÇÃO RELATIVA: O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE

LETÍCIA GABRIELLE COSTA PASSOS¹

RESUMO:

Este artigo objetiva analisar a (re)produção desmesurada do fenômeno população em situação de rua como efeito *sine qua non* das crises no capitalismo. A partir das análises teóricas realizadas, observou-se que, devido ao aumento do contingente de trabalhadores supérfluos nos períodos de recessão econômica, a expansão do fenômeno social em análise é uma característica interna da crise do capital.

Palavras-chave: Crise do capital. Superpopulação relativa. Exército industrial de reserva. População em situação de rua.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the disproportionate (re)production of the homeless population phenomenon as a *sine qua non* effect of crises in capitalism. From the theoretical analyses carried out, it was observed that, due to the increase in the contingent of superfluous workers in periods of economic recession, the expansion of the social phenomenon under analysis is an internal characteristic of the crisis of capital.

Keywords: Capital crisis. Relative overpopulation. Industrial reserve army. Homeless population.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno do fenômeno população em situação de rua se encontra intrinsecamente relacionado aos estudos aprofundados acerca do movimento complexo e contraditório do modo de produção capitalista. Isso porque, embora viver nas ruas não seja um problema novo, concordamos com Marcel Burzryn (2000, p. 19, grifos nossos) que “se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no *início do capitalismo*”.

Elementos históricos da chamada *acumulação primitiva de capital* corroboram a ideia exposta pelo autor ao apontarem o cenário de pessoas sobrevivendo nas ruas em meio ao processo de conformação do modo de produção capitalista, quando trabalhadores “livres como os pássaros” (Marx, 2014, p. 342) foram lançados à própria sorte ao serem imersos no sistema de assalariamento. A incapacidade de o mercado de trabalho absorver todo o contingente de trabalhadores que se tornou disponível configurou-se como o impulso necessário para a generalização do pauperismo e, por conseguinte, a existência de pessoas utilizando a rua como espaço de moradia e sustento.

O fenômeno população em situação de rua em análise pode ser definido como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular” (Brasil, 2009a). No entanto, diante da diversidade deste fenômeno social, é possível observar que tal definição não abarca a multicausalidade encontrada na população em situação de rua.

Consoante às análises de Silva (2009), um dos principais aspectos da população em situação de rua é ser um fenômeno com variadas determinações. Fala-se de fatores *estruturais* relacionados à ausência de moradia, desemprego e mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social; fatores biográficos vinculados à história de vida de cada indivíduo, a exemplo da ruptura dos laços familiares, consumo abusivo de substâncias psicoativas e problemas relacionados à saúde mental; e fatores naturais, ligados a desastres ambientais, como inundações e terremotos. Nesse ínterim, nota-se que é simplório afirmar que a situação de rua deriva apenas de perdas ou infortúnios das pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento, haja vista que esta é uma situação decorrente do processo de consolidação e desenvolvimento do modo de produção capitalista, quando, na realidade, é “uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados” (Silva, 2009, p. 137).

Partimos da premissa de que, portanto, o fenômeno população em situação de rua é produto histórico do capitalismo por advir de uma massa sobrando de trabalhadores apontada como essencial. À vista disso, analisa-se que este fenômeno apresenta um nível de complexidade congruente ao sistema econômico que o produz e o reproduz. É um fenômeno resultante de um modo de produção que se conforma com uma dinâmica de expansão envolto de um caráter autodestrutivo, cujas marcas de desenvolvimento fazem irromper crises econômicas acompanhadas de repercussões severas sobre as formas de vida da classe que vende a sua força de trabalho.

No estágio atual do capitalismo, vivemos sob a manifestação de uma crise estrutural do capital. Se, antes, as crises eram consideradas cíclicas mais ou menos extensas, desde a década de 1970, estamos frente a uma crise profunda que atinge não só os percentuais da taxa de lucro, mas, sobretudo, a totalidade da classe trabalhadora. Seus efeitos ampliam e diversificam os meios de exploração do trabalho e barbarização da vida em sociedade, já que “[...] o *capital em si* é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade” (Mészáros, 2002, p. 251, grifos do autor).

A população em situação de rua é, decerto, alvo das crises no capitalismo. O *boom* do desemprego e do aumento exponenciado do exército industrial de reserva e da pobreza refletem diretamente a expansão do fenômeno população em situação de rua. Eis o universo de discussão no qual se inscreve o presente trabalho: discutir a relação entre a população em situação de rua e o *modus operandi* do capitalismo, com o objetivo de analisar a produção e reprodução acelerada do fenômeno em análise como uma consequência indispensável dos períodos de recessão econômica no sistema capitalista.

Para tanto, com o objetivo de refletir sobre a relação do fenômeno população em situação de rua com a crise do capital, o percurso metodológico desta incursão teórica está pautado no método dialético-crítico, tendo a revisão bibliográfica e a análise documental como principais técnicas de pesquisa.

Sob essa perspectiva, no que tange ao desenvolvimento deste trabalho, buscamos, *a priori*, tecer análises acerca dos fundamentos da crise do capital, bem como os seus efeitos, fazendo sobretudo resgates de categorias analíticas desenvolvidas por Karl Marx em *O Capital* (especialmente nos livros I e III) e tratando as especificidades da crise do capital na contemporaneidade. Em seguida, nos propomos a analisar o fenômeno população em situação de rua no modo de produção capitalista, enquanto consequência indispensável aos momentos de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

recessão econômica, fazendo as conexões necessárias entre a expansão do fenômeno social em destaque com o aumento dos níveis de desemprego e, por conseguinte, aumento da massa trabalhadora relativamente supérflua. Por último, tem-se as considerações finais sobre a temática.

2 OS FUNDAMENTOS DA CRISE DO CAPITAL E SEUS EFEITOS

No modo de produção capitalista, as crises são consideradas colapsos essenciais para o sistema, uma vez que o momento de recessão econômica se constitui como ponto de partida para um novo processo de acumulação. Entretanto, esta assertiva demanda análises preliminares a fim de que as crises não sejam naturalizadas sob o capitalismo. Nesse sentido, a apreensão das determinações que consubstanciam as crises do capital dar-se-á a partir da contribuição teórica de Marx sobre tal fenômeno, considerando ser possível apreendê-lo mediante o estudo da abstrusa dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, que é composta de contradições, tendências e contratendências.

A *composição orgânica do capital* aparece como categoria analítica elementar para a compreensão das crises no capitalismo. Desenvolvida principalmente no Livro Primeiro de seu *magnum opus O Capital*, Marx se debruça sobre este estudo para analisar a relação entre capital constante e capital variável e o processo de acumulação de capital e seus efeitos. Vejamos.

Na corrida incessante em busca do lucro máximo, o modo de produção capitalista dispõe de variados agentes transformadores dessa composição, representados pelos avanços e aprimoramentos tecnológicos no processo de produção de mercadorias. Considerada uma arma competitiva do capitalista, a modernização das técnicas produtivas resulta no aumento da produtividade e na reprodução ampliada do capital. A fim de centralizar riqueza, dinâmicas inversamente proporcionais de investimento emergem no processo de produção que são traduzidas em uma composição orgânica do capital em escala crescente (mais capital constante e menos capital variável).

O aumento do capital constante associado à desvalorização relativa do capital variável atua como estratégia necessária para obtenção aligeirada de mais-valor relativo, contudo, também expressa um paradoxo econômico no capitalismo. Isso porque embora seja possível associar, num primeiro instante, que a intensificação do trabalho – provocada pela substituição da força de trabalho por meios de produção – expresse uma taxa de lucro consolidada em níveis elevados no

modo de produção capitalista, o aumento da composição orgânica implica em maiores desafios para a valorização do capital.

Nas análises de Jorge Grespan (2021, p. 49):

Marx destaca repetidamente que, além de produzir valor para o capital, o trabalho atua como medida do valor do capital. Assim, quando compra a força de trabalho, o capitalista compra também a capacidade de medir o valor em cada etapa do processo de valorização. Aqui se manifesta o aspecto negativo da oposição: não é o capital, mas o trabalho quem sempre mede o valor; quando o capital o exclui, substituindo-o por máquinas e outros equipamentos, ele exclui a capacidade de medir-se e incorre, então, no fenômeno da desmedida. Em outras palavras, a perda de medida leva à sua desvalorização.

À luz do exposto, é possível inferir que a consequência da automação do processo produtivo de mercadorias é o aumento da produtividade social do trabalho. No entanto, o acicate do lucro reside no fato de que é precisamente o aumento da produtividade o elemento causador de uma tendência à queda da taxa de lucro. De acordo com Marx (2017), o aumento do volume de valor do capital constante, que é somente uma representação longínqua do crescimento da massa real dos valores de uso que compõem o capital constante, corresponde a um crescente barateamento do produto. Dito de outro modo, “as inovações que poupam trabalho removem o produtor ativo de valor do processo de trabalho e, assim, tornam mais difícil (mantendo-se constantes as demais circunstâncias) produzir mais-valor” (Harvey, 2013, p. 185), resultando numa diminuição da taxa de lucro.

Seguindo essa linha de raciocínio, ainda que a taxa de mais-valor aumente devido à intensificação do trabalho, a taxa de lucro não irá crescer na mesma proporção; ela, contraditoriamente, decresce toda vez que o capital total adiantado for maior que a taxa de mais-valor. Isso posto, analisa-se que a forte tendência à queda da taxa de lucro é “apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (Marx, 2017, p. 264, grifos do autor).

Importar destacar, contudo, que à taxa de lucro não se esgota a possibilidade de recair por outras razões, mas, diante da necessidade intrínseca à essência do modo de produção capitalista de alavancar a produtividade com o intuito de acúmulo acelerado e desmedido de capital, no progresso desse sistema econômico, a taxa média geral de mais-valor tem de se expressar imperiosamente numa taxa geral de lucro decrescente.

A *lei da queda tendencial da taxa de lucro* no capitalismo explicita, desse modo, as razões pelas quais a ganância do modo de produção capitalista por acúmulo de capital e lucro máximo estabelece contraditoriamente as bases para o seu próprio colapso. Mesmo com a existência de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“influências contra-arrestantes”² (Marx, 2017, p. 286) cuja ação retarda o aumento da composição orgânica do capital e neutraliza a tendência à queda da taxa de lucro, tais contratendências não impedem que o ritmo de queda desencadeie crises econômicas no sistema capitalista. Na realidade, o ritmo decrescente da taxa de lucro é diretamente vinculado aos colapsos periódicos no modo de produção capitalista, visto que a queda dessa taxa propicia a superprodução de mercadorias, a especulação, as crises e o capital supérfluo, bem como fomenta a produção e reprodução da população supranumerária (Marx, 2017).

No âmbito da discussão até aqui delineada, é possível analisar que o aumento da composição orgânica do capital suscita o aumento da taxa de mais-valor e a queda da taxa de lucro. Tal fato rompe o paralelismo das duas medidas de valorização do capital ao serem colocadas numa oposição que contradiz o objetivo de valorização e acumulação permanente (Grespan, 2000). Nessa circunstância, crises econômicas são estabelecidas, e sua complexidade e concretude podem ser interpretadas como queda tendencial da taxa de lucro.

Sob essa perspectiva, as crises, portanto, são capazes de revelar o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista, dado que “são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado” (Marx, 2017, p. 306). Nesse sentido, os momentos de esgotamento do sistema capitalista aparecem como estratégia para a superação de obstáculos postos à reprodução ampliada do capital que foram forjados pelo seu próprio modo de funcionamento. Assim, as crises não devem ser consideradas um acidente de percurso ou algo que independe do movimento do capital. É necessário apreendê-las, portanto, como uma determinação do capital, que necessariamente tende a se manifestar.

Nas palavras do autor alemão,

a contradição, expressa de maneira bem genérica, consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo do valor – e do mais-valor nele incorporado – e também das relações sociais no interior das quais se dá a produção capitalista; por outro lado, esse modo de produção tem como objetivo a conservação do valor de capital existente e sua valorização na máxima medida possível (isto é, o incremento cada vez mais acelerado desse valor). Seu caráter específico orienta-se para o valor de capital existente como meio para a maior valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ela atinge esse objetivo incluem: o decréscimo da taxa de lucro, a desvalorização do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas. A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de

² Marx pontua seis contratendências à queda da taxa de lucro mais gerais: aumento do grau de exploração do trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior e aumento do capital acionário. Para aprofundar o estudo, cf. Marx, 2017, p. 286-295.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor de capital mediante a formação de capital novo, perturba as condições dadas nas quais se consoma o processo de circulação e reprodução do capital e é, por isso, acompanhada de paralisações súbitas e crises do processo de produção (Marx, 2017, p. 306).

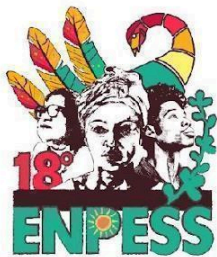
Se, antes, Friedrich Engels afirmava que as crises no capitalismo irrompiam a cada dez anos³, ao longo do tempo, novas configurações foram percebidas. Conforme Ernest Mandel (1990), a crise que assola a sociedade dominada pelo modo de produção capitalista a partir da década de 1970 não é passageira; constitui-se de uma crise social que afeta as relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, na qual estão associadas ao declínio contínuo do crescimento econômico capitalista, causando a intensificação e o agravamento dos efeitos das flutuações conjunturais da economia.

Para István Mészáros (2002), os anos 1970 marcam uma nova fase das crises do capital quando o capitalismo passa a vivenciar uma crise *estrutural*. Essa novidade histórica da crise evidencia as contradições do sistema de forma ainda mais latente, uma vez que implica em maiores desafios para superar o período de centralização do capital no cenário contemporâneo. Acerca disso, quatro aspectos importantes são apontados pelo autor ao tratar das manifestações da crise estrutural: I) a crise estrutural não se restringe a uma esfera particular ou afeta ramo particular de produção; II) o alcance da crise estrutural; III) crise estrutural possui uma escala de tempo extensa, contínua e até permanente, o que permite diferenciá-la das crises anteriores do capital reconhecidas como limitadas; e IV) os desdobramentos desse tipo de crise são considerados rastejantes, extremamente lentos.

Considerando o caráter destrutivo do movimento expansivo do capital que resulta em crises econômicas, os novos contornos da crise estrutural do capital afetam os mais variados complexos da vida social. No entanto, é fato que as consequências desse desenvolvimento controverso do modo de produção capitalista são mais severas sobre a totalidade da classe trabalhadora. Da fase de contração do capital, vê-se que o aumento do desemprego e do pauperismo são efeitos indispensáveis da longa onda de estagnação no capitalismo.

No que tange a tais efeitos, a partir da própria teoria marxiana, podemos atrelar o desemprego e o pauperismo à existência do que Marx (2013) denomina de *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva*. No interesse de conceituá-la, apreendemos essa superpopulação como uma parcela da classe trabalhadora com disponibilidade para a venda da

³ “Com efeito, desde 1825, ano em que estalou a primeira crise geral, não se passam dez anos seguidos sem que todo o mundo industrial e comercial, a distribuição e a troca de todos os povos civilizados e de seu séquito de países mais ou menos bárbaros, saia dos eixos. O comércio é paralisado, os mercados são saturados de mercadorias” (Engels, 1999, p. 111).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

própria força de trabalho, mas que é considerada relativamente supérflua às necessidades médias de expansão do capital. Pelo fato de estar diretamente relacionada com as oscilações da dinâmica de acumulação, tal superpopulação pode expandir ou retrain o seu contingente de acordo com o momento de crise ou prosperidade do capital. Independente do seu volume, todavia, a existência dessa parcela da população à espreita das relações formais de trabalho é socialmente necessária para a valorização do capital. Ela evoca, portanto, a *lei geral da acumulação capitalista*, já que atua como alavanca de acumulação.

Consoante às análises de Marx, a superpopulação relativa assume três formas principais: a *flutuante* se refere aos trabalhadores dos centros de indústria, fábricas e empresas que ora são atraídos, ora são repelidos do mercado de trabalho; a superpopulação *latente* deriva da agricultura e representa os trabalhadores rurais que, diante do avanço tecnológico no campo e do conseqüente apoderamento capitalista sobre o setor agrícola, perdem seus postos de trabalho devido à diminuição do uso de força de trabalho e vivem com um “pé no lodaçal do pauperismo” (Marx, 2013, p. 470); e a *estagnada* retrata parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupações totalmente irregulares, configurando-se como fonte inesgotável de força de trabalho à disposição do capital.

Para além das três formas clássicas, um sedimento ainda mais precarizado é apresentado por Marx sob a denominação de *lumpemproletariado*. Considerado o “asilos para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva” (idem, p. 471), esta fração da classe trabalhadora se divide em três grupos: os *aptos ao trabalho*, os *filhos e órfãos de indigentes* e os *incapazes para o trabalho*. Diante disso, observa-se no lumpemproletariado, que está localizado no seio do pauperismo, uma reprodução vertiginosa da miséria pelo fato de ser “quase impossível mobilizá-lo para a força de trabalho assalariado” (Harvey, 2013, p. 194).

Enquanto parte constituinte do enorme contingente de trabalhadores em condição de suplência no mercado de trabalho, o fenômeno população em situação de rua é, decerto, integrante da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. De maneira específica, ao analisar as formas da superpopulação relativa e as características da população em situação de rua, é possível situar o fenômeno em análise majoritariamente na esfera do lumpemproletariado e, na melhor das hipóteses, na camada estagnada (Silva, 2009).

3 O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM MEIO À RECESSÃO CAPITALISTA



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A discussão sobre o fenômeno população em situação de rua em meio aos períodos de recessão econômica no capitalismo aparece como pauta urgente diante da adversidade cotidiana dessa população. Como parte integrante do contingente de trabalhadores em situação de suplência no mercado de trabalho, a população em situação de rua cresce mediante a expansão necessária de força de trabalho sobrando, principalmente em momentos de crise. Sob essa perspectiva, partimos da premissa de que a reprodução acelerada do fenômeno social em análise é uma característica interna das crises no modo de produção capitalista.

Como se viu, ao analisar as formas clássicas da superpopulação relativa, é possível afirmar que a população em situação de rua habita os patamares mais degradantes do “espectro”, cujas possibilidades de vinculação ao mercado de trabalho formal aparecem mais remotas ou quase impossíveis. Dados contidos no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua ratificam essa análise ao apontarem que 70,9% das pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento realizam algum tipo de atividade laboral no âmbito da informalidade⁴ (Brasil, 2009b). Tal associação da população em situação de rua com o mundo trabalho nos permite desmistificar a ideia de que esse fenômeno é composto apenas por “pedintes” (apenas 15,7% praticam a mendicância como principal fonte de renda), mesmo que a realidade de realização de seus trabalhos perpetue o seu lugar na camada estagnada e no lumpemproletariado.

Diante da característica estrutural conferida às crises no capitalismo, a crise financeira experienciada pelo modo de produção capitalista em 2008 alvoreceu uma regressão social sem precedentes. Originada no mercado imobiliário norte-americano, a crise desse período tomou grande proporção, tornando-se global e deixando rastros catastróficos, sobretudo para aqueles que vendem a sua própria força de trabalho. De fato, no que tange aos períodos de recessão econômica, a tendência que se observa é que são os integrantes da classe trabalhadora os que mais sofrem os efeitos das crises no capitalismo.

Segundo Pochmann (2009), três importantes consequências podem ser acusadas no que se refere à crise internacional de 2008 no cenário brasileiro: desemprego, trabalhos precários e alta rotatividade nos trabalhos assalariados formais. Isso porque, diante da queda da produção de mercadorias e redução do Produto Interno Bruto (PIB) em 4% no intervalo de outubro de 2008 a março de 2009, a trajetória de queda do desemprego no Brasil foi interrompida com as demissões

⁴ As atividades mais recorrentes foram: catador de materiais recicláveis (27,5%), “flanelinha” (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador (3,1%) (Brasil, 2009b).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em massa. O autor aponta que o aumento do desemprego foi acompanhado da degradação de parte dos postos de trabalho existentes, dando espaço para as ocupações precárias no campo do trabalho informal. Em virtude disso, “ao aceitar o emprego de sua força de trabalho em contratações informais, o trabalhador situa-se abaixo do patamar mínimo estabelecido pela legislação social e trabalhista vigente” (Pochmann, 2009, p. 44). Acerca da rotatividade, observou-se a demissão do trabalhador com maior remuneração, geralmente com contrato formal, para os contratos com condições inferiores de trabalho e salário, potencializando a desestruturação da classe trabalhadora.

Sem dúvida, o contexto apresentado propiciou a degradação da vida humana e possibilitou a expansão da situação de rua no Brasil. Nesse período, ainda conforme a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre os anos de 2007 e 2008, o fenômeno social em análise atingiu a marca de 31.922 pessoas em situação de rua no país (Brasil, 2009). No cenário de queda do PIB brasileiro e massificação do desemprego, a transformação da rua em espaço de moradia e sustento se mostra como característica da crise.

O encadeamento entre mau desempenho do mercado de trabalho e produção e reprodução exponenciada da população em situação de rua pode ser percebido em momentos seguintes de contração do capital quando a massa trabalhadora se torna intencionalmente supranumerária e suas condições de vida se tornam ultrajantes.

Ainda considerados efeitos da crise internacional de 2008, os anos de 2015 e 2016 no Brasil foram marcados por uma forte onda de recessão. Segundo Corseuil *et al* (2022), o PIB brasileiro estava num ritmo de queda consecutivo quando atingiu o seu pior índice, representado por uma queda de 5,5%. A recessão que ocorreu durante esse período, com quedas consecutivas do PIB de 3,8% e 3,6% respectivamente, afetou de forma negativa o mercado de trabalho no país. Entre esses anos, houve uma diminuição de 3,1 pontos percentuais na população em idade ativa. Tal redução, que foi de 56,2% no primeiro trimestre de 2015 para 53,1% no primeiro trimestre de 2017, foi justificada pelo aumento da proporção de pessoas sem trabalho na população em idade ativa. Esse aumento é considerado o maior da série na história: foi de 4,8% no primeiro trimestre de 2015 para 8,5% no primeiro trimestre de 2017 (Corseuil *et al*, 2022).

Diante desse cenário crítico, é válido sublinhar que, em tempos de estagnação econômica, a procura por meios para retomar a economia é feita às custas da classe trabalhadora com o aumento do desemprego e da pobreza. Segundo Natalino (2023), na nota técnica n° 103 do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a estimativa da população em situação de rua no Brasil entre os anos de 2012 e 2022, no contexto de crise apontada em 2015, mais de 120 mil pessoas estavam em situação de rua. Em 2016, esse quantitativo deu um salto para 138.785 pessoas nessa situação.

As ofensivas sobre a classe trabalhadora deram seguimento no curso da história. Com a crise derivada da pandemia de Covid-19, os índices de desemprego se mantiveram em patamares elevados no cenário pandêmico. Corseuil *et al* (2022) destaca que, em 2020, houve uma diminuição mais intensa na taxa de ocupação em um curto período. No primeiro trimestre do referido ano, a proporção de ocupados na população em idade ativa era de 53,5%, mas houve uma redução de 6,4 pontos percentuais em apenas dois semestres, atingindo 47,1%. Esta diminuição foi acentuada devido ao aumento da proporção de indivíduos em idade ativa fora da força de trabalho, que passou de 39% no primeiro trimestre de 2020 para 44,9% no terceiro trimestre do mesmo ano. Tais dados se alinham aos índices de desemprego divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE) cujos percentuais atingiram o patamar de 14,9% no último trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021. Uma diminuição na taxa de desemprego só foi percebida a partir do primeiro trimestre de 2022, quando houve uma diminuição de 11,1% para 9,3% no trimestre seguinte, dando seguimento no ritmo de queda nos períodos posteriores (PNAD Contínua, 2023).

O panorama desafiador do mercado de trabalho brasileiro afetou as mais variadas dimensões da vida humana com o agravamento da pobreza e expansão da superpopulação relativa. Dados sobre a insegurança alimentar no Brasil disponibilizados no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19⁵ corroboram o cenário crítico ao apontarem a existência de 33,1 milhões de pessoas em situação de fome. Destarte, analisou-se que 40% dos domicílios brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar em 2022, o que, em números absolutos, se traduz no quantitativo de 125,2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar nos níveis leve, moderada ou grave (Rede PENSSAN, 2022).

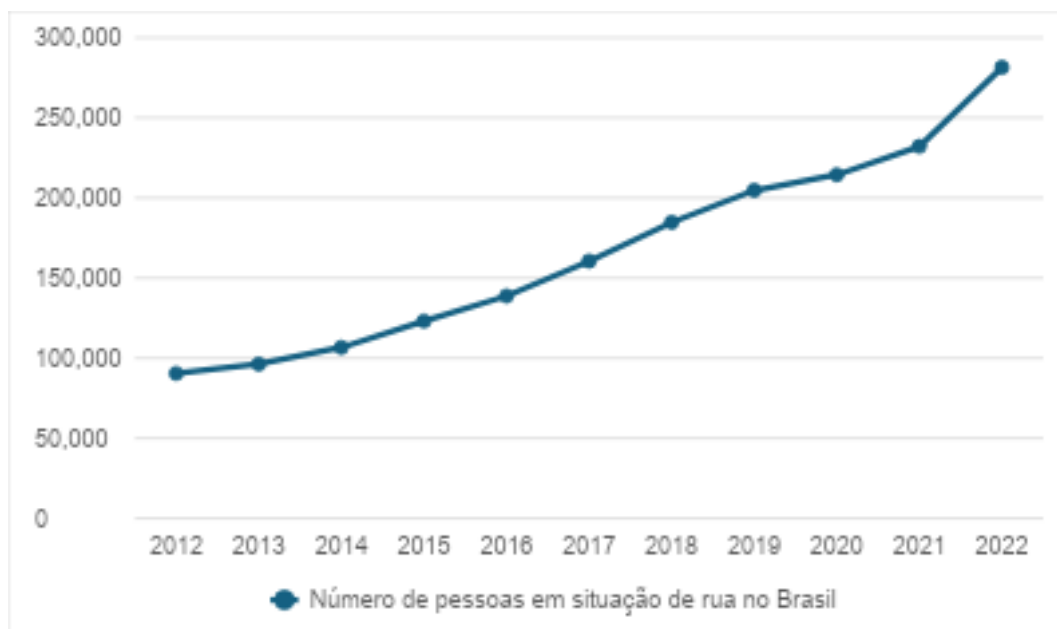
Feita essas considerações, nota-se a ligação entre a desestruturação da classe que vende a sua força de trabalho e o crescimento célere do fenômeno população em situação diante do panorama social de crise estrutural do capital. Tal análise se ratifica novamente com os estudos de Natalino (2023, p. 11) que apontam a existência de 281.472 pessoas em situação de rua no

⁵ Pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

ano de 2022. Tal número é “38% maior que o valor estimado em 2019 [antes da pandemia], e 211% superior ao estimado uma década atrás, em 2012” (se compararmos com o ano de 2008, o percentual é ainda maior). O crescimento da população brasileira nos últimos dez anos, contudo, foi de apenas 11%.

No gráfico abaixo, podemos analisar como os dados são incontestáveis à medida que se observa evolução do número de pessoas em situação de rua no território brasileiro:

Gráfico 1 – Evolução do número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022)



Fonte: Passos (2023), a partir de Natalino (2023).

A partir do gráfico, podemos fazer os nexos da evolução do número de pessoas em situação de rua no Brasil com o cenário de crise estrutural do capital. Diante das características dessa crise, observa-se que os seus impactos considerados duradouros em razão de seus desdobramentos lentos resultam na expansão desmesurada do fenômeno social em análise ao decorrer do anos.

Desse fenômeno social que tanto cresce no Brasil, consideramos ainda ser pertinente tratar de aspectos importantes acerca do perfil das pessoas que se encontram nessa situação. Conforme os dados coletados em 2022 para o relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e

sistemas do Governo Federal”, divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), o perfil⁶ das pessoas em situação de rua no Brasil é majoritariamente masculino (87%); composto por pessoas negras (51% autodeclaradas pardas e 17% autodeclaradas pretas); em idade economicamente ativa (55% têm entre 30 e 49 anos) e que em algum momento da vida já teve emprego com carteira assinada (68%).

Referente aos principais motivos para a situação de rua, os dados se alinham às motivações expostas na pesquisa nacional divulgada em 2009: problemas familiares ocupam o primeiro lugar com 44%, seguido do desemprego (39%), uso de álcool e/ou outras drogas (29%) e perda de moradia (23%) (Brasil, 2023).

Acerca da escolaridade, o relatório apontou que 10% das pessoas em situação de rua no território brasileiro não sabem ler nem escrever. 2% afirmaram frequentar a escola e 6% relataram nunca ter ido a uma escola. Ademais, os dados chamam atenção para a presença de pessoas com deficiência sobrevivendo nas ruas (15%), na qual a deficiência física é a mais encontrada (47% entre as pessoas em situação de rua com deficiência), 18% alegam transtornos mentais (mesmo que não sejam necessariamente deficiências, o Cadastro Único contabiliza dessa maneira) e 16% possuem deficiências visuais (Brasil, 2023).

No que tange à relação da população em situação de rua registrada no Cadastro Único com o mundo do trabalho, 14% relataram ter trabalhado na semana anterior à coleta de dados. Entre os que trabalharam, 97% o fizeram informalmente, por meio de “bicos” e trabalhos autônomos. A principal atividade laboral remunerada mencionada pelos participantes foi de catador, expressa pelo percentual de 17% (Brasil, 2023). Estes são dados que, ao analisarmos tal fenômeno social dentro da superpopulação relativa, reforçam a vinculação da população em situação de rua com a forma estagnada e o lumpemproletariado.

Diante do exposto, as características relacionadas ao perfil da população em situação de rua no Brasil corroboram a análise de que esse é um fenômeno heterogêneo e multifacetado. Apesar da diversidade observada, consideramos que um ponto em comum a todos que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento é a sua origem: é um fenômeno social produzido e reproduzido pelo modo de produção capitalista. Para esse sistema, a existência e o aumento desmedido da massa trabalhadora em condição de suplência no mercado formal de trabalho e, por conseguinte, da população em situação de rua, aparecem como utilidade concreta para o

⁶ Em alguns estados, há diferenças no perfil. Roraima é um exemplo: apresenta um percentual significativo de mulheres e crianças e adolescentes entre a população em situação de rua, representando 38% e 19%, respectivamente (Brasil, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capital, manifestando-se também como um efeito indispensável, uma *conditio sine qua non* das crises do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

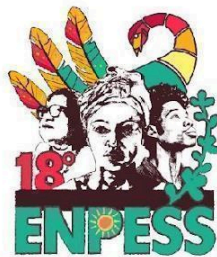
Analisar o fenômeno população em situação de rua enquanto um efeito necessário das crises no capitalismo foi o principal objetivo desta incursão teórica. Diante da discussão aqui apresentada, apreende-se que o fenômeno social em análise é produzido e reproduzido intencionalmente e de forma acelerada no modo de produção capitalista, sobretudo em momentos de estagnação econômica. Tal fato pode ser corroborado a partir de determinações históricas, econômicas e sociais.

Vimos que as crises no modo de produção capitalista não são um mero acaso; na verdade, de forma contraditória, são projetadas no curso de desenvolvimento do próprio sistema para manter a sua lógica de funcionamento intocável. É fato inconteste, portanto, que as crises são funcionais ao capitalismo na medida em que um período de contração do capital possibilita o surgimento de um novo momento de acumulação com novos e maiores lucros.

A população em situação de rua, por advir de um contingente de trabalhadores que não logra a venda da força de trabalho e que, por isso, se encontra à espreita das relações trabalhistas formais, é considerada essencial para o sistema capitalista, uma vez que atua como alavanca de acumulação de capital. No enorme grupo da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, o fenômeno social em destaque se situa nos patamares mais degradante: no lumpemproletariado, onde habitam na esfera do pauperismo e, na possibilidade de um melhor cenário, na camada estagnada, cujo vínculo com o trabalho se dá de maneira informal.

Seguindo essa perspectiva, enquanto produto histórico do capitalismo, o fenômeno população em situação de rua cresce na medida em que o sistema se desenvolve e sua expansão desmesurada se relaciona aos altos índices de desemprego e pobreza, observados sobretudo nos colapsos do modo de produção capitalista quando há o aumento da massa trabalhadora relativamente supérflua às necessidades de expansão do capital.

Ante o exposto, torna-se possível inferir que apreender o fenômeno população em situação de rua e suas determinações é atestar, portanto, que no modo de produção capitalista “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.053/2009, de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal**. Brasília, 2023.

BURZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos, viradores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CORSEUIL et al. Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de Covid-19. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (org.). IPEA. **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília, 2022.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Ed. Ridendo Castigat Mores. 1999.

GRESPLAN, Jorge. **A crise na crítica à economia política**. Crítica Marxista, Campinas, n. 10, p. 77-97, 2000.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

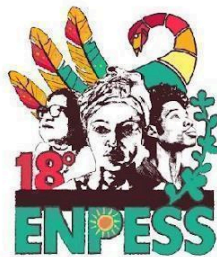
HARVEY, David. **Para entender O Capital**. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro II: O processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro III: O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

NATALINO, Marco. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua Brasil (2012-2022)**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf>. Acesso em: 12 de ago de 2024.

PASSOS, Letícia Gabrielle Costa. **Acumulação de capital e superpopulação relativa**: o caso da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2023.

PNAD CONTÍNUA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Painel de indicadores. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>>. Acesso em: 12 de ago de 2024.

POCHMANN, Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: Primeiros sinais. In: **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.